

# INTERSECCIONALIDADE: RAÇA E SURDEZ COMO EIXOS PARA OUTRA PERSPECTIVA

Filipe de Cristo Almeida Pena<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho, Interseccionalidade: raça e surdez como eixos para outra perspectiva advém da pesquisa de Mestrado (Pós-Crítica, UNEB), em andamento, O processo identitário de estudantes surdos a partir de literaturas negras surdas. O conceito de Interseccionalidade foi inicialmente apresentado pela pesquisadora Kimberlé Crenshaw, em 1980. A autora o conceitua como uma interação existente entre dois ou mais eixos da subordinação. Neste sentido, Buzar (2012) e Santos (2019) apresentam em seus trabalhos relações de interseccionalidade entre raça e surdez. Com diálogos entre esses estudos, este trabalho tem por objetivo analisar pontos de convergências para a construção dessa perspectiva. Para tanto, a partir de uma análise bibliográfica, o texto se apoia nos estudos de Crenshaw (1991), Akotirene (2019), Buzar (2012), Santos (2019) e Hill (2021). Deste modo, espera-se, com esta Comunicação Oral, a apresentação de algumas discussões sobre a Interseccionalidade e de argumentos sobre raça e surdez.

*Palavras-Chave:* Interseccionalidade. Raça. Surdez.

## INTRODUÇÃO

Através das políticas feministas negras dos anos 1960 e 1970, nos Estados Unidos, o termo *Interseccionalidade* foi sendo moldado, ganhando sua estrutura por meio de ensaios, poesias, coletâneas entre outras produções. Apesar de ignoradas pelas narrativas contemporâneas, mulheres afro-americanas do século

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. DLLARTES/UNEB, Campus II, Alagoinhas (BA). Endereço eletrônico: filipecapena@gmail.com.

XX avançaram diversas camadas do feminismo negro, estas nitidamente reconhecidas como interseccionais.

A coleção *The Black Woman*, editada por Toni Cade Bambara nos anos 1970, por exemplo, se coloca como um trabalho inovador feito por mulheres afro-americanas envolvidas na luta política. Ela pode ser vista como um importante trabalho pioneiro sobre interseccionalidade, mesmo esta sendo negligenciada.

A publicação de um manifesto chamado *A Black Feminist Statement*, feita por um grupo de mulheres afro-americanas, propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Isso se dava, pois, para o grupo, “racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão” (HILL, 2017).

Debates sobre a intersecção entre raça/classe/gênero/sexualidade foram construídos a partir de múltiplos movimentos sociais, uma ação importante para apresentar a interseccionalidade que compreendemos nos dias atuais.

Vimos que os argumentos sobre Interseccionalidade e sua construção estavam presentes desde os anos 60, no entanto, após conceituar o termo a partir pesquisas e reflexões acerca do corpo feminino negro frente a diferentes formas de violência, a intelectual norte-americana Kimberlé Crenshaw foi tida como a que “cunhou” o vocábulo. Por meio do artigo “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*” (1991), a autora caracteriza a Interseccionalidade como

[uma] forma de enquadrar as várias interações de raça e gênero no contexto da violência contra as mulheres não-brancas. No entanto, a

interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediação da tensão entre asserções de identidade múltipla e a necessidade contínua de política grupal.

Em um ensaio publicado em 2017, a pesquisadora Patricia Hill Collins contesta os créditos dados a Crenshaw. No entanto, a considera importante para a popularização do termo na academia, “assim como na centralidade de iniciativas de justiça social para mudanças legais e sociais que fizeram avançar argumentos da Interseccionalidade” (HILL, 2017).

Em sua obra intitulada “Interseccionalidade” publicada em 2020, Hill explica o funcionamento da expressão. Para a autora

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (HILL, 2020).

Mesmo a expressão tendo início dentro de movimentos articulados por mulheres negras, Hill (2017) afirma que seria um erro considerar a interseccionalidade como um projeto exclusivamente feminista ou como uma variante da teoria feminista. A pesquisadora assegura que a interseccionalidade é muito mais ampla que isso. Para a autora, “a interseccionalidade pode servir como uma ferramenta teórica e metodológica para estudar qualquer coisa e não precisa estar conectada às experiências das pessoas com a injustiça ou a justiça social” (HILL, 2017).

Nesta tocante, iniciaremos com a proposta do trabalho visando apresentar a interseccionalidade entre raça e surdez

discutidas pelos autores Buzar (2012) e Santos (2019) em suas respectivas pesquisas.

## **A INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA E SURDEZ APRESENTADA POR FRANCISCO BUZAR**

Para iniciar o processo de intersecção entre surdez e raça em seu trabalho intitulado *Interseccionalidade entre Raça e Surdez: a situação de surdos/as negros/as em São Luís (MA)*, Buzar traçou um percurso extenso, primeiro para situar sobre as relações raciais no Brasil. Da diáspora até movimentos de resistência contemporâneos, o autor apresenta um contexto histórico de imposição e luta que deixam marcas da desigualdade até os dias atuais. De igual modo, o autor traceja os avanços dados pela comunidade surda, porém situando a forma em que a deficiência auditiva ainda é percebida na nossa sociedade. A partir daí, é construído um caminho a fim de que raça e surdez dialoguem. O primeiro paralelo estabelecido pelo autor diz respeito ao branqueamento imposto ao grupo de pessoas negras e o ouvintismo imposto às pessoas surdas. Segundo Buzar (2012)

o branqueamento constitui-se por meio de atitudes filosóficas, teóricas e políticas, em que uma rede de poder apresenta a miscigenação como a solução para a temática racial no Brasil. E o ouvintismo, que toma como referência de 'normalidade' o modelo ouvinte, contribui sobremaneira para a imposição deste padrão sobre os/as surdos (as), ao mesmo tempo em que diminui a importância de suas especificidades de desenvolvimento.

Neste sentido, o autor destaca que estas concepções só contribuíram para o entendimento tanto do sujeito surdo, quanto do sujeito negro como indivíduos inferiores, invisibilizados no discurso da harmonia entre os grupos e da democracia racial, respectivamente.

O autor ainda destaca que as pessoas surdas estiveram submetidas a definições biológicas e critérios de normalidade que contribuíam com a inferiorização deste grupo na sociedade uma vez que “necessitavam aprender a língua oral, a língua do branco ouvinte e esquecer completamente a sua, a língua de sinais” (BUZAR, 2012). Da mesma forma, pessoas negras precisavam passar por um processo de branqueamento, omitindo suas características mais singulares, tanto no aspecto físico, quanto no religioso e cultural.

Corroborando com o questionamento proposto por Stuart (1992) acerca da necessidade de se constatar se os negros com algum tipo de deficiência sofrem uma dupla opressão ou se, na verdade, vivem uma experiência singular e simultânea de opressão, Mindel e Vernon (1972, apud BUZAR, 2012) oferecem uma resposta direta a essas questões. Ao investigar a situação de trabalho dos surdos nos Estados Unidos, seus estudos revelaram o fato de que as mulheres surdas e negras representam sempre o percentual mais baixo na escala de ocupação, enquanto os homens surdos e brancos sempre se situam no quadro superior.

Baseado nisso, o autor afirma que a invisibilidade do quesito raça pode contribuir para que surdos se tornem mais vulneráveis ainda a situações de preconceito, discriminação, estigma e racismo.

## **ESTUDO DE CASO**

Fundamentando seus argumentos de forma prática, o autor usou sua pesquisa de conclusão de curso, na qual esteve envolvido em uma comunidade surda de São Luiz (MA) e pode perceber um determinado tipo de interação que o levou às suposições a respeito da presença de preconceito e racismo dentro dessa comunidade.

Após muitas idas à Associação de Surdos do Maranhão (ASMA), Buzar relata que diversas coisas o chamaram a atenção, dentre elas, o fato de que, repetidamente, um grupo de surdos ficava do lado de fora, literalmente, das atividades realizadas na instituição. Ao questionar uma das lideranças surdas da Associação sobre que grupo era aquele, obteve como resposta: “Essa é a RALÉ!”. Segundo alguns sócios da ASMA, RALÉ “não é porque são pobres, não. O que define esses grupos como ralé é o fato de serem ignorantes”.

O autor revela uma situação semelhante no Centro de Apoio aos Surdos (CAS/ MA), órgão da Secretaria de Educação, concluindo, deste modo, que a divisão intergrupual se apresenta como uma característica da comunidade surda, independentemente do local.

De acordo com a explicação de um dos intérpretes que acompanhava Buzar na pesquisa, quando o grupo da “ralé” se aproxima dos locais de importância para o outro grupo, mudam o comportamento e inclusive os sinais, a fim de serem aceitos. Para o autor, tal comportamento evidencia-se uma relação de poder, onde o grupo que não se sente pertencente a “ralé”, constrói uma autoimagem positiva e rotula o outro como inferior.

Após entrevistar os identificados como RALÉ, o autor questiona ao outro grupo como eles se caracterizam, e como resposta, ouviu: “Nós somos SUPERIORES. Eles são da RALÉ.” Ao qual descreveram os membros da RALÉ como aqueles que: “usam palavrão, ‘dão dedo’, não tem comportamento, não sabem se vestir e fumam maconha”.

Buzar ressalta que os próprios membros do grupo rotulado como “ralé” aceitam essa classificação e quando têm a possibilidade de ascenderem ao grupo “superior”, por meio de

emprego ou estudos, adotam as mesmas posturas do grupo “superior” em relação aos que ficaram do outro lado.

O autor aponta que a partir das questões de interseccionalidade pode compreender que a maioria das pessoas surdas participantes do grupo considerado inferior, ignorante ou ralé na comunidade surda eram negros e negras, além de pobres, gays, lésbicas, usuários de droga, praticantes de furtos, entre outros.

### **A INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA E SURDEZ APRESENTADA POR RHAUL DE LEMOS SANTOS**

Santos (2019) começa a apresentação do seu trabalho intitulado *Negros/as surdos/as no ensino superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras* afirmando que quando se está discutindo sobre sujeitos negros/as surdos/as, não se está falando apenas de sujeitos que são surdos/as ou negros/as, mas sim de um sujeito interseccional que se torna único quando cruzadas essas interdependências. Desta forma, o autor percorre os caminhos que levaram a invenção da surdez, tal qual apresenta como a raça foi inventada como meio de subalternizar os/as negros/as.

Para o autor, os/as surdos/as são ameaçados, não só pelo discurso clínico construído e consolidado, desde o Congresso de Milão, como, também, com a formação da cultura nacional, que cria padrões e normas para tornar a nação única e monocultural. Da mesma forma que acontece com o mito da democracia racial que só contribuiu para a desigualdade social no Brasil.

Iniciando a proposta de interseccionalidade, o autor traz a escola bilíngue como um dos territórios que possibilita a comunidade surda compartilhar suas experiências através da língua de sinais e de fortalecer a sua identidade. No entanto,

como Skilar (2013) reitera, “ao falar dos surdos/as podemos, involuntariamente, descrever somente homens surdos, brancos de classe média que frequentam as instituições escolares, cometendo o erro de colocar os/as surdos/as como um grupo homogêneo” (*apud* SANTOS, 2019). Desta forma, o autor destaca ser necessário que estas escolas considerem o multiculturalismo presente no espaço educacional, como mulheres surdas, LGBTs surdos/as, negros/as surdos/as, indígenas surdos/as que fazem parte e compõe o povo e a comunidade surda negando os sistemas binários que sempre circularam nas escolas inclusivas e especiais. Assim, como explicado por Hall (2006), a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, as identidades não são homogêneas e, sim, fragmentadas e não fixadas. Por isto, se torna importante trazer para pauta das discussões surdas, o multiculturalismo.

Santos chama a atenção afirmando que, para além dos negros/as surdos/as lutarem para que sociedade os reconheça como sujeitos pertencentes a ela, é preciso que a comunidade surda se desnude dos discursos de unidade de identidade e cultura, trazendo questões multiculturais como as discussões raciais para as pautas de suas lutas, uma vez que dentro da comunidade seja perceptível a presença do racismo, como no depoimento abaixo apresentado pelo autor:

Uma amiga negra surda que mora na cidade do Rio de Janeiro me chamou uma vez para conversar no particular, ela me contou que surdos/as brancos/as estavam se organizando na hora do almoço para irem ao restaurante almoçar, ela imediatamente se animou em ir com o grupo, no mesmo instante os/as surdos/as brancos/as a perguntaram: ‘Você tem dinheiro?’, ‘Negra Surda tem dinheiro?’. E eles continuaram: ‘Eu sei que os/as negros/as são pobres (SANDRO SANTOS, 2014, tradução do autor).



## ESTUDO DE CASO

Para fundamentar a intersecção proposta, Santos voltou-se para a análise da ocupação de negros/as surdos/as nos cursos de graduação em Letras Libras nas universidades federais, de 2009 a 2016.

Primeiramente nos foi apresentado dados do IBGE realizado em 2010 na qual mostra que 9, 7 milhões de brasileiros, ou seja, 5, 09% dos mais de 190 milhões de habitantes brasileiros/as eram pessoas surdas, e dentro dessa porcentagem, 2, 54% se autodeclararam negros/as surdos/as. Para o autor, a aprovação da Lei de Libras (2002) e o Decreto 5.656 (2005), que instituem o ensino de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciaturas, demandando a criação de cursos de Letras Libras para a formação de docentes, prioritariamente surdos/as, habilitados para a função, impulsionou o aumento do número de matrículas no ensino superior.

Segundo dados apresentados por Santos (2019), notou-se que o número de estudantes ingressantes nos cursos de graduação de Letras Libras, no ano de 2009, foi de 173 matriculados/as. A partir do ano seguinte, no entanto, esses números sofreram uma baixa, chegando em 2013 com o total de 10 estudantes negros/as surdos/as matriculados/as em cursos de Letras Libras nas IES federais. Santos acredita que essa queda poderia estar relacionada ao aumento do número de estudantes negros/as surdos/as em outros cursos de graduação, devido a aprovação da Lei de Cotas (12.711/12).

Contudo, 2014 marca um aumento nas matrículas, indo para 42; em 2015, foram registradas 102 matrículas e, em 2016, 191 estudantes negros/as surdos/as ingressaram nos cursos de Letras Libras.

Santos conclui que quando comparamos o número da população negra surda em relação aos estudantes negros/as surdos/as ingressantes nos cursos de Letras Libras, nota-se que a presença desses estudantes ainda é muito pequena, em relação ao demais surdos/as, mas muito significativa, quando comparado ao conjunto de barreiras que enfrentam em sua trajetória da educação básica ao ensino superior.

## **CONCLUSÕES**

A partir das análises dos trabalhos, pudemos observar a busca dos autores em trazerem conexão entre surdez e raça. Para tal, recorrem ao mesmo referencial teórico, utilizando a Interseccionalidade, ciência produzida e discutida inicialmente por feministas negras. No entanto, é a partir dessa linha de estudo que Buzar (2012) e Santos (2019) constroem camadas capazes de alinhar os temas.

Para fundamentar sua pesquisa e apresentar sua proposta de interseccionalidade, Buzar (2012) identifica grupos dentro da Associação de Surdos do Maranhão (ASMA) que, além de sofrerem preconceitos e discriminações semelhantes aos/as demais surdos/as, como por exemplo, no que diz respeito ao acesso às informações na sua língua, obstáculos em uma educação oralista, imposições de modelos ouvintistas, deparam-se com situações de estigma, preconceito e discriminação pela cor da pele diferente dos/as demais surdos/as. Já Santos investiga a participação destes sujeitos nas universidades federais, sobretudo nos cursos de Licenciatura em Letras Libras, uma vez que há aumento significativo no acesso dos estudantes surdos/as na graduação a partir de 2006, com aprovação do Decreto 5.626/05.

Ao concluir seus argumentos, Santos afirma que a educação básica pública ofertada à população negra continua a ser a de

menor qualidade e que os/as negros/as ainda são os que compõem o grupo com menor mobilidade social, fatores que também influenciam na trajetória escolar e permanência acadêmica dos negros/as surdos/as, além da inacessibilidade linguística. Nesse sentido, Buzar observa que a escola precisa assumir uma ação pedagógica que aplique uma política linguística ampla, com profissionais fluentes em Libras, e contribua para que os/as estudantes possam ter acesso o mais cedo possível e sem obstáculos de cunho racista, impedindo-os de aceder a esse conhecimento.

Outro ponto de discussão que se cruza nos trabalhos dos autores é a subinclusão, também referenciado por Crenshaw para se dirigir as questões feministas negras. Neste estudo é apresentado como a diferença torna invisível um conjunto de problemas. Assim, entende-se que os surdos/as negros/as são afetados, além da condição da surdez, pela questão racial, uma vez que dentro do movimento surdo, os surdos/as negros/as estão invisíveis em sua condição racial e dentro do movimento negro, a surdez é secundarizada.

Além de toda a problemática apresentada, conseguimos observar também através desta análise e busca pelo tema em diferentes plataformas, a escassez de materiais no Brasil que abordam tais questões, e no quanto é rico ter essas produções discutindo a temática, dando possibilidade e referencial para futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

BUZAR, Francisco José Roma. *Interseccionalidade entre Raça e Surdez: a situação de negros/as surdos/as em São Luís (MA)*. Brasília, DF, 2012

COLLINS, Patricia Hill. *BILGE, Sirma. Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Interseccionalidade, identidade política, and violence against women of color. *Source: Stanford Law Review*. v, 43, n. 6, Jul. 1991.

SANTOS, Rhaul de Lemos. Negros/as surdos/as no Ensino Superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras. Curitiba, PR, 2019.